

Entre o diálogo e a (re)significação do sentido: um olhar sobre a identidade da mulher política / *Between the dialogue and the (re)significance of the sense: a look at the identity of the political woman*

*Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima**

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender o movimento da construção da identidade da mulher política no Brasil. Buscamos entender o discurso, na perspectiva dos estudos bakhtinianos, observando o dialogismo na construção dos sentidos e algumas interdições e permissões discursivas mobilizadas pela mídia que caracterizam a mulher na política. Interpretar esses enunciados é entender que a linguagem pode ser vista sob o efeito da representação do feminino, que atravessa fronteiras e redefine cronologias em função da experiência histórica da mulher política.

PALAVRAS-CHAVE: Diálogo; Discurso; Identidade; Mulher política

ABSTRACT

The aim of this work is to understand the movement of identity construction of the political woman in Brazil. We seek to understand the discourse under the perspective of the bakhtinian studies, observing the dialogism in the construction of meanings and some discourse interdictions and permissions mobilized by the media, which characterize the woman in politics. Interpreting these statements is to understand that the language can be seen under the effect of the representation of the feminine, which crosses borders and redefines chronologies according to the historical experience of the political woman.

KEY-WORDS: *Dialogue; Discourse; Identity; Political woman*

*Professora do Departamento de Linguística da Universidade Estadual de Goiás – UEG, Inhumas, Goiás, Brasil; ffpalima@uol.com.br

Considerações iniciais

O espaço político tem denunciado a baixa participação da mulher nas campanhas eleitorais nacionais. Embora a população feminina represente em mais de 50% a população do Brasil, efetivamente, são poucas as mulheres que se candidatam e são eleitas nos pleitos brasileiros. Quanto a essa questão, Lipovetsky (2000, p. 266) lança-nos a interpretar essa persistente exclusão das mulheres das esferas dirigentes e acrescenta que certo racionalismo progressista convida a não ver nesse fenômeno mais que um arcaísmo destinado a ser eliminado pouco a pouco sob a pressão das forças da modernidade: o poder, a exemplo de outros domínios, estaria fadado inexoravelmente a deixar de ser o apanágio de um único sexo. As perguntas que surgem a esse respeito, dessa pouca participação feminina na política, à medida que denunciam certa marginalidade da mulher na política, suscitam várias possibilidades de pesquisa. Percorrendo os discursos que emanam desse fato, o presente trabalho vai permear um olhar sobre a constituição da subjetividade da mulher política.

O discurso sobre mulheres políticas marcaria um espaço social que distanciaria, de certo modo, a mulher do espaço doméstico (que lhe atribui o papel de mãe, de esposa, de educadora), do espaço religioso, do espaço da estética. Entretanto, esse discurso remonta a esses espaços, num possível “distanciamento”, e insiste em flertar com os tantos cultos que ainda caracterizam a mulher como intrusa em um lugar política e autonomamente masculino. Inserido em uma arena de discursos díspares, o discurso feminino fica dividido entre as práticas que marcam o espaço político que deflagra, geralmente, interesses “permanentemente masculinos” e as práticas que marcam o espaço doméstico que se ordenou como “naturalmente feminino”. Assim, as identidades vão sendo caracterizadas a partir de desigualdades estruturais que circulam nos diferentes lugares dos homens e das mulheres.

Nesse sentido, com vistas a lugares como a política, o gênero feminino e a mídia, observaremos os valores que emergem e que são disseminados nos discursos sobre a mulher política, numa dada abstração e em temas que se concretizam em diferentes construções enunciativas. Para o exame da linguagem em sua organização discursiva e para a compreensão dos efeitos de sentido encontrados nos discursos sobre mulheres políticas, servirão de base, neste estudo, as leituras de Bakhtin (2003, 2004), Fiorin (2004a, 2004b), Brait (1997, 2005, 2006), Gregolin (2004), acompanhadas das contribuições de Foucault (2004), Perrot (2007), Bauman (2005), entre outros estudiosos que, diante das limitações deste trabalho, foram importantes para lançarmos um olhar, segundo as permissões e interdições discursivas da mídia, sobre a identidade feminina na política brasileira. Nessa perspectiva, analisamos uma reportagem veiculada na mídia impressa sobre a deputada federal Manuela D’Ávila, eleita no pleito de 2006, que apresenta, segundo as relações desiguais entre os gêneros, como o poder opera na produção da identidade feminina.

Nesta análise, trazemos o discurso como um objeto de representação do feminino, que atravessa fronteiras e redefine cronologias em função da experiência histórica da mulher

na política. Na história e na sociedade ecoam as vozes da política, da religião, da escola, da família, da mídia e de todo o contexto social e multifacetado, que caracterizam a constituição do discurso na sua exterioridade e plurivocidade.

1 Mulher e política: um limiar da subjetividade dialógica no discurso

A participação da mulher no espaço político institui o gênero feminino como um efeito de uma formação específica de poder. Este é um tema que tem despertado a atenção de vários pesquisadores que voltaram seu olhar para um movimento da mulher que transita não apenas no espaço doméstico, mas no espaço do público político o qual, de algum modo, ainda não reconhece o feminino como um estatuto de “pertencimento” a esse “lugar de homem”.

Os espaços construídos como genuinamente masculinos constituíram espaços caracteristicamente “estabilizados” e a política, certamente, é um deles. Isso nos instiga a estudar as relações de poder produzidas pelos efeitos de práticas que traduzem essa presumida estabilidade. A mulher na política designa uma identidade que ultrapassa limiares, uma vez que é efeito de discursos e de construções sociais e culturais. Nesse sentido, significar essa identidade, enquanto objeto de discurso político, reconhecer procedimentos discursivos que lhe são constitutivos e relançar um olhar sobre a subjetividade feminina, a partir de um espaço reservado, específica e historicamente, ao homem, é apresentar o recorte maior desta análise.

Nesse sentido, em diferentes configurações, o sujeito emerge, ao longo de sua historicidade conceitual, em uma multiplicidade de concepções teóricas. Com base nessa multiplicidade, consideramos relevante acrescentar à nossa investigação a definição de sujeito em Bakhtin. Com vistas aos diferentes lugares e discursos que constroem o evento da identidade feminina, observamos uma pseudoestabilidade ou casualidade do discurso político feminino, uma vez reescrito e ratificado pela mídia.

Se, nas primeiras meditações cartesianas, temos o sujeito moderno, centrado em si mesmo, numa dada unicidade, agora configura-se o descentramento e a fragmentação do sujeito, em meio ao abalo dos alicerces absolutos da racionalidade e à poderosa dinâmica de individualização e de pluralização de nossas sociedades (LIPOVETSKY, 2004). Na perspectiva de Bakhtin, temos um sujeito que se relaciona com a linguagem, com outros sujeitos e com o mundo. Conforme atesta Dahlet,

o dialogismo bakhtiniano abala, sem dúvida, a concepção clássica do sujeito. O sujeito cartesiano, circunscrito como uma identidade permanente, por ser já de início solidário de seu pensamento, explode em Bakhtin, através do sujeito kantiano, numa partição de vozes concorrentes, já que ele se acha, a partir de então, solidário das alteridades de seu discurso (1997, p. 82).

Termos como *lugar* e *interação* tornam-se determinantes e arejados na teoria bakhtiniana sobre o sujeito, que é produto de práticas sociais e está sempre em vias de se fazer, não sendo, desse modo, algo completo. Ele é uma construção que acontece através do outro. Nessa visão interativa, Bakhtin (2003, p. 300) concebe que

o falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia-a-dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural).

Nega-se, nesse sentido, o monologismo no ato da comunicação. O outro toma forma importante no interior do discurso, toma estatuto de interlocutor. Assim, a exterioridade entra em cena e define, também, esse espaço discursivo em que o sujeito se instaura heterogeneamente. O discurso é lugar constituído e entrelaçado por várias vozes que se cruzam e se imbricam na enunciação, é a instituição polifônica que atesta o lugar, o outro e o próprio enunciado discursivo. Assim, o discurso do outro

tem uma dupla expressão: a sua, isto é, a alheia, e a expressão do enunciado que acolheu esse discurso. Tudo isso se verifica, antes de tudo, onde o discurso do outro (ainda que seja uma palavra que aqui ganha força de um enunciado pleno) é citado textualmente e destacado com nitidez (entre aspas): os ecos da alternância dos sujeitos do discurso e das suas mútuas relações dialógicas aqui se ouvem nitidamente (BAKHTIN, 2003, p. 299).

A subjetividade tem identidade alheia e o enunciado resulta de um “acolher” uma possibilidade discursiva. Nem o sujeito nem o enunciado são adâmicos, ou seja, a origem do discurso (sujeito e enunciado) já acontece antes de qualquer interlocução.

Essa perspectiva dialógica da língua e do discurso é retomada na leitura que Authier-Revuz faz de Bakhtin. Articula-se, nesse sentido, o conceito de dialogismo com o de heterogeneidade da linguagem. Contraria-se, com isso, a concepção de um discurso uno, homogêneo ou original. Desse modo, todo discurso é heterogêneo, uma vez que o sujeito do discurso é heterogêneo, pois divide seu espaço com o *outro*.

Para Brandão (2002, p. 50), “a manifestação dessa heterogeneidade está na própria superfície discursiva através da materialidade linguística do texto, de formas marcadas que vão das mais explícitas às mais implícitas, das mais simples às mais complexas”. Possenti (1994, p. 35) concebe o discurso como “marcado radicalmente pela heterogeneidade (ou polifonia)”, aproximando, desse modo, o conceito de polifonia e heterogeneidade. A subjetividade, vista por esse viés, aparece como uma alternativa bem fundamentada nas características objetivas do discurso, isto é, no discurso há uma objetivação da subjetividade.

A heterogeneidade, segundo Authier-Revuz (1998, p. 177), “pode ser mostrada no discurso ou constitutiva do discurso”, o que traduz o princípio dialógico de Bakhtin, ao considerar um sujeito socialmente construído e organizado a partir do outro. Dando extensão ao conceito de Bakhtin, Authier-Revuz (2004, p. 69) atesta que “todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos ‘outros discursos’ e pelo ‘discurso do Outro’. O outro não é um objeto exterior, do qual se fala, mas uma condição constitutiva, para que se fale do discurso [...]”. A autora observa a relação de um discurso com outros e com o discurso do outro como não exterior ao discurso, mas inerente a ele. O discurso é

carregado de diversos outros discursos e isso autentica a heterogeneidade que sustenta, comporta e constitui outros discursos no interior do próprio discurso. Podemos acrescentar, nesse percurso, as considerações esclarecedoras de Tezza (1997), realçando o postulado bakhtiniano sobre a subjetividade:

eu só posso me imaginar, por inteiro, sob o olhar do outro; pelo princípio dialógico, que, em certo sentido, decorre da exotopia, a minha palavra está inexoravelmente contaminada do olhar de fora, do outro que lhe dá sentido e acabamento. Em suma, no universo bakhtiniano nenhuma voz, jamais, fala sozinha. E não fala sozinha não porque estamos, vamos dizer, mecanicamente influenciados pelos outros – eles lá, nós aqui, instâncias isoladas e isoláveis – mas porque a natureza da linguagem é inelutavelmente dupla (TEZZA, 1997, p. 221).

Os estudos de Bakhtin levam-nos à reflexão sobre uma série de características próprias da linguagem que não eram consideradas no que concerne ao estudo do sujeito e do discurso. Dessa forma, a teoria bakhtiniana sobre a natureza dialógica da linguagem foi uma grande contribuição para os estudos discursivos, ao acrescentar-lhes conceitos como dialogismo e polifonia. Esses termos se correspondem e se entrelaçam para a constituição da definição das diferentes vozes instauradas num discurso. Marchezan (2006, p. 123) reitera que “a essa perspectiva, interessa não a palavra passiva e solitária, mas a palavra na atuação complexa e heterogênea dos sujeitos sociais, vinculada a situações, a falas passadas e antecipadas”. Brait (1997, p. 98), em seus estudos sobre Bakhtin e o dialogismo na linguagem, observando a natureza polifônica do eu, indica que

o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se, ainda que não possam ser confundidos, uma vez que Bakhtin vai falar do eu que se realiza no nós, insistindo não na síntese, mas no caráter polifônico dessa relação exibida pela linguagem.

Essas considerações atestam que todo discurso se constrói pela relação com os outros discursos. Tal exterioridade exerce o papel constitutivo do discurso, uma vez atrelado e fundado em um momento histórico-social determinado. Temos um cruzamento ou uma relação de palavras e discursos que se constituem num dado momento ou em dado espaço que ocupam. O sujeito passa a ser atividade constitutiva dos discursos, que já não reclamam por um fundamento unívoco, mas são constituídos ou produzidos numa instância significativamente histórica e social, que se realiza no nós. Nesse sentido, Brait (2006, p. 22-23) reitera que o pensamento bakhtiniano observa

a linguagem não apenas no que ela tem de sistemático, abstrato, invariável, ou, por outro lado, no que de fato tem de individual e absolutamente variável e criativo, mas [...] na combinação dessas duas dimensões, como uma forma de conhecer o ser humano, suas atividades, sua condição de sujeito múltiplo, sua inserção na história, no social, no cultural pela linguagem, pelas linguagens.

Essa natureza compreensiva da interação dialógica e a correspondência entre os usuários das palavras nos situam no tempo. Bakhtin leva-nos a entender que o próprio discurso nos dá princípios que caracterizam a historicidade do sujeito. Nessa historicidade, temos o caminho que nos conduz ao espaço que o sujeito ocupa, ao momento que ele vive, ao grupo social ao qual pertence, a um sujeito constituído e povoado por vozes que o caracterizam e o constroem.

Em nossa análise de reportagem, a comunicação entre os sujeitos se desenvolve sempre sob a forma de um diálogo, entre a mulher política e a mídia, entre autores e o estatuto da verdade. Não há um mero intercâmbio entre palavras, mas uma comunicação que se desenvolve no cerne do discurso, que, por sua vez, se constrói e, a partir do qual, constroem-se os interactantes-sujeitos do discurso em aproximações interativas e dialogais. O sujeito, aqui, tem densidade social e é determinado por esse descentramento. Com isso em cena, já se encontra a exterioridade que funda o sujeito no discurso.

A mulher, enquanto sujeito interpelado pelos discursos do campo político, vê-se frente a uma história dessa posição em estado de instabilidade. Identificar-se torna-se uma premência frente à dispersão dos enunciados políticos que permeiam o discurso feminino e que contornam as suas singularidades. Esses enunciados, apesar de obedecerem a certas regularidades, não se desfazem do compromisso de denunciar os posicionamentos femininos existentes nos discursos e as correlações e transformações realizadas no processo de construção da identidade da mulher política.

Por essa razão, a noção de sujeito, nessa perspectiva, tem um relevante papel, pois sabemos que o edifício do poder ou a forma como as verdades vão sendo construídas têm um ponto de ancoragem no sujeito. “A existência da verdade atrela-se à existência do sujeito [...] é na verdade e no acesso à verdade que há alguma coisa que completa o próprio sujeito e que o transfigura” (FOUCAULT, 2004a, p. 20). Essa verdade divide ideologicamente o feminino do masculino, as conjunções e as disjunções que diferenciam naturalmente os mundos do homem e da mulher através das práticas discursivas do poder político. Daí não ser possível entender a identidade feminina sem mergulharmos na relação sinuosa entre o discurso e a história, entre o discurso e a subjetividade que, também, é povoada por outros discursos, à margem dos lugares incertos em que se situam seus sujeitos.

A subjetividade feminina, dessa maneira, se (re)inscreve na identidade da mulher política brasileira e denuncia o trabalho descontínuo que envolve as individualidades na sociedade, a partir de acontecimentos singulares suscitados pelos discursos e provocadores de outros, no exercício da função enunciativa que, em suas movências, fazem emergir as práticas discursivas. Assim, sem perdermos a perspectiva do chão, alçamos um vôo sobre os sentidos que permeiam o discurso político feminino.

2 Mulher e política: um limiar da subjetividade dialógica no discurso

Observaremos, nesta parte do trabalho, a arquitetura dos efeitos de sentido em um texto de uma reportagem publicada na revista *Isto É* (17 de março de 2007). Essa reportagem

dialoga com as nossas indagações sobre quem é a mulher política, qual a sua identidade, o que constrói o seu discurso, como as resistências se apresentam, na tradição ou na inovação, quais os conflitos que circulam nesse discurso, que a definem e que lhe atribuem prestígio ou desencanto com o poder político. Nessa trama, que envolve diferenças, lugares e posicionamento discursivo, constituem-se as identidades. Acrescentam-se a essa trama as relações de poder que estão na base de toda relação social, em sentidos opostos, porque, ao mesmo tempo em que asseguram a homogeneidade nas regularidades, oportunizam os conflitos gerados pelos sujeitos no momento em que questionam a posição que ocupam no discurso e as relações sociais desiguais (FOUCAULT, 2004b).

As práticas discursivas que envolvem a produção do discurso político feminino colocam em relação as identidades, que tomam vez e voz, à medida que os sujeitos participam ativamente do espaço de trabalho e do cenário político, em que propagam ou repassam aquilo que consideram importante e indispensável à sua atuação. O sujeito produz e se reproduz mediante esse espaço discursivo, construindo identidade, demarcando espaços e delimitando papéis, a partir da relação social que estabelece com as significações do mundo político. Daí, sujeito e discurso político serem constitutivos um do outro. É uma relação que nos dá condições de olharmos o poder na sua diversidade microfísica e reguladora. A mídia, por mobilizar discursos em sua trama histórica, constitui técnicas de colonização dos sujeitos postos em sua individualidade ou coletividade.

Assim, na tentativa de realizar uma análise, escolhemos um texto, retirado da revista *Isto É*. Trata-se de uma reportagem sobre a deputada federal do Rio Grande do Sul, Manuela D'Ávila. Vejamos o texto e sua respectiva análise:

A LOIRA INTELIGENTE

A deputada Manuela D'Ávila, campeã de votos no Rio Grande do Sul, quer ser reconhecida por suas ideias e seus projetos e não pela beleza.

Com blusa bege de malha, saia preta de chita e nenhuma maquiagem, a jovem loura entra no Plenário da Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT - SP), do alto de seu púlpito, a acompanha com o olhar. Os demais parlamentares, 450 em Plenário, reparam uma energia nova no ar. José Carlos Aleluia (PFL - BA), líder da minoria, olha para trás e diz: "Ah, é a Manuela". Valdemar Costa Neto (PR-SP), fama de conquistador, arregala os olhos sem o nenhum disfarce. Até Clodovil Hernandez coloca os óculos para melhor reparar. Aos 25 anos, 1m75 de altura, 64 quilos, cerca de 105 centímetros de quadril e 90 de busto, o que lhe confere silhueta da Vênus de Milo, a deputada Manuela D'Ávila, do PC do B gaúcho, de repente virou sensação. "Fui eleita musa do Congresso antes mesmo de tomar posse", brinca. E qual a sensação de uma deputada ser reconhecida por sua beleza? Diante da pergunta, Manuela dá uma sonora gargalhada. "A sociedade tem um fetiche exagerado pela estética", diz. "Eu tinha medo que isso distorcesse o impacto das minhas propostas", confessa. "Mas os colegas já começam a me elogiar pelos meus atos e ideias". Num Congresso formado por uma maioria de senhores sisudos, num momento em que a juventude torce o nariz para a política, Manuela chama a atenção também pelo que representa e pelo que pensa. Tem convicções ideológicas firmes e ideias claras sobre o que está fazendo em Brasília. Dias atrás, tentaram lhe arrancar uma assinatura para a proposta de projeto de lei que prevê a diminuição da maioridade penal. Botar jovens de 16 anos na cadeia, junto com adultos. "Aos sete anos de idade eu já era contra isso aí", respondeu Manuela, educadamente ao interlocutor, mostrando-se absolutamente irredutível em suas crenças. Mais tarde já no microfone do plenário,

sem a menor inibição, ela lembrou que o jovem brasileiro é a vítima dos criminosos, não o algoz. Não é tão simples se posicionar dessa forma no momento em que abalada com a onda de violência que assola o País, a sociedade clama por penas mais severas. “O que resolve é incluir a juventude no crescimento e desenvolvimento do País”, bradou a deputada. E não se trata apenas de discurso. Os primeiros projetos que Manuela pretende apresentar versam exatamente sobre essa inclusão. Ela quer aprovar uma “lei geral de estágios”, estabelecendo regras de contribuição previdenciária, tempo de contratação, jornada, férias, garantia de matrícula escolar e acidentes de trabalho. Os jovens ajudaram a transformar Manuela em um fenômeno de votação no Rio Grande do Sul, onde ela obteve 271,9 mil votos. Durante a campanha eleitoral, ela respondia a até mil e-mails por dia. Ao longo do mandato de vereadora em Porto Alegre, fez 300 palestras em escolas públicas. “O fato de ser jovem, de ter ideias, ajudou a me eleger. A beleza não ajudou”, garante.

A deputada vai apresentar uma proposta de emenda à Constituição para igualar a idade de disputa de cargos públicos. “Há critérios morais que pressupõem a falta de capacidade dos mais jovens”, diz. Manuela quer também sugerir a antecipação dos exames de câncer de mama. “A juventude é uma das faixas com incidência de câncer de mama e não há exames”. Fez visitas a 15 países, onde ajudou a dirigir encontros estudantis. Ela, de fato, entende de jovens. Inclusive de suas angústias, incertezas e vaidades. Aos 16 anos, Manuela pesava 100 quilos. “Cheguei a comer um quilo e duzentos e cinqüenta gramas de chocolate em um dia”, diz. As frutas e verduras entraram no cardápio e deram-lhe curvas. Hoje, a deputada brinca com eventuais quilinhos a mais. “Eu digo que estou expandindo território”. A vida nem sempre foi sorrisos. Em maio do ano passado, ela recebeu ameaça de morte. Manuela tinha aprovado leis polêmicas, como uma que cassa o alvará de comerciantes preconceituosos. “Ligaram e me disseram: ‘ou você cala a boca, ou vamos dar um jeito na senhora’” diz. “A sensação de pavor é muito grande, pois você não sabe se uma pessoa que está te abraçando é a pessoa que pode te dar um tiro” (*ISTO É*. São Paulo, 7 mar 2007, n. 1949, ano 30, p. 42-43).

Com base no texto *A loira inteligente*, temos, a partir do título, a denúncia de dois lugares de estereótipos bem definidos pela sociedade: o lugar da loira, “classificada” como ignorante nos chistes que circulam sobre o cotidiano feminino e o lugar política, como um lugar de inteligência e de homem, possivelmente. Observe-se que a masculinidade, com a presença dos deputados homens na cena da reportagem, representa um lugar da política, das decisões, estudos e votações a respeito de questões político-administrativas: eles estão trabalhando, no lugar do masculino, do homem. Entretanto, a presença feminina quebra essa situação representativa, principalmente, quando os enunciados que a discursivizam subvertem sentidos, em um movimento contrário, que migra do espaço do público para o privado e, com isso, instituem uma despolíticação do lugar político, ou de uma ordem de discursos que emanam deste espaço. Isso se associa a uma herança ideológica que interpela o discurso político e suas representações singularizadas e fronteiriças.

O texto analisado divide-se a partir da temática referente à mulher na política. O discurso, na produção midiática, reveste-se de um poder que subverte sentidos. Em outras palavras, temos um efeito de verdade em que a construção enunciativa da deputada apresenta-se disjunta da política e conjunta à feminilidade. Por meio das vozes que se apresentam na reportagem, percebemos as escolhas discursivas travadas na construção dos enunciados.

Ao definir gêneros discursivos como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, Bakhtin (2003, p. 262) propõe, em seu estudo, alguns critérios para que se delimite essa “relativa estabilidade” dos enunciados. O autor sustenta e fundamenta a sua definição atestando que

esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação (BAKHTIN, 2004, p. 261-262).

Se nos voltarmos às categorias que delimitam a unidade de gênero de um enunciado, podemos considerar que a reportagem, por estar no domínio midiático, apresenta um *conteúdo temático* que constitui algumas representações semânticas sobre o gênero feminino e sua construção discursiva a respeito da política.

O feminino insurge como uma reivindicação da apropriação de si, da evidência do corpo, de uma sexualidade que é estranha à política, ao lugar do homem, do rosto lavado, da austeridade masculina: “Aos 25 anos, 1m75 de altura, 64 quilos, cerca de 105 centímetros de quadril e 90 de busto, o que lhe confere silhueta da Vênus de Milo, a deputada Manuela D’Ávila, do PC do B gaúcho, de repente virou sensação”. A associação à imagem da Vênus de Milo, a famosa estátua grega que representa Afrodite, a deusa grega do amor sexual e beleza física, constrói um efeito no discurso de certa “fidelidade à tradição passional do feminino que, no entanto, não é enunciada mais como contraditória com o ser-sujeito, mas como compatível com os valores modernos de soberania individual” (LIPOVETSKY, 2000, p. 33).

Quanto ao *estilo*, “esse elemento constitutivo da linguagem, esse princípio que rege a produção e a compreensão dos sentidos, essa fronteira em que eu/outro se interdefinem, se interpenetram, sem se fundirem ou se confundirem” (BRAIT, 2005, p. 80), observamos, na reportagem, algumas escolhas lexicais e sintagmáticas que contornam a construção do diálogo no texto e seus efeitos de sentido. No início do texto, já temos a estereotipização da mulher na política a partir do título “A loira inteligente”. O diálogo que permeia a reportagem leva-nos a observar no discurso a categoria de pessoa projetada em terceira pessoa do singular: “A deputada Manuela D’Ávila, do PC do B gaúcho (...)”. Tal escolha não suscita apenas um efeito de objetividade, mas de subjetividade, também, como uma forma de regulamentar e de evidenciar o estereótipo da mulher num lugar de homem. Daí, com o uso da terceira pessoa, acontece o espetáculo, a construção de um espanto, de uma imprevisibilidade, de uma surpresa, da admiração, efeitos de sentido que se confundem e agenciam um controle maior sobre a voz de uma visível novidade que se enuncia, “inaugurando” uma nova maneira de a mulher estar no mundo, no mundo da política:

“O presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT - SP), do alto de seu púlpito, a acompanha com o olhar. Os demais parlamentares, 450 em Plenário, reparam uma energia nova no ar. José Carlos Aleluia (PFL - BA), líder da minoria, olha para trás e diz: “Ah, é a Manuela”. Valdemar Costa Neto (PR - SP), fama de conquistador, arregala os olhos sem o nenhum disfarce. Até Clodovil Hernandez coloca os óculos para melhor reparar (...)”.

O tempo é apresentado no presente, que produz um efeito de proximidade da enunciação, e também no passado que não, necessariamente, produz um distanciamento da enunciação, por se alternar com o presente: “A deputada (...), de repente virou sensação. ‘Fui eleita a musa do Congresso antes mesmo de tomar posse’, brinca”. A espacialização que aparece no texto apresenta-se como um lá (“Num Congresso”), embora não constitua um distanciamento do espaço da enunciação que é, caracteristicamente, o do Plenário da Câmara dos Deputados. Com a voz de Manuela, cria-se um efeito que transita entre a subjetividade e a objetividade com que a deputada fala em algumas passagens do discurso. Por não estar agindo só, no discurso, “todo locutor deve incluir em seu projeto de ação uma previsão possível de seu interlocutor e adaptar constantemente seus meios às reações percebidas do outro” (DAHLET, 1997, p. 61).

Se percorremos o olhar sobre o gênero reportagem, consideramos importante acrescentar que a construção composicional do texto analisado está relacionada ao conteúdo temático e ao estilo, de maneira que o diálogo entre essas categorias ilustra toda a estratégia da constituição discursiva. A forma composicional com que o texto se constrói é inicialmente narrativa e alterna sequências descritivas e dissertativas. Dahlet (1997, p. 264) assinala que “não há, para Bakhtin, enunciado representável ou dotado de significado sem a avaliação social que o veicule”. Desse modo, a silhueta da deputada comparada à Vênus de Milo leva-nos, também, a aceitar esse procedimento como uma transformação do corpo da mulher num sexo, sobre o qual se instauram as práticas discursivas que dialogam com a presença da mulher na sociedade.

A subjetividade feminina na política é um construto de imagens, reconduzidas ou deslocadas em diferentes temporalidades que caracterizam representações, pois “as mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas” (PERROT, 2007, p. 17):

E qual a sensação de uma deputada ser reconhecida por sua beleza? Diante da pergunta, Manuela dá uma sonora gargalhada. “A sociedade tem um fetiche exagerado pela estética”, diz. “Eu tinha medo que isso distorcesse o impacto das minhas propostas”, confessa. “Mas os colegas já começam a me elogiar pelos meus atos e ideias”.

Conforme os enunciados sobre a mulher vão sendo produzidos, outros efeitos de sentido, em concomitância, vão sendo mantidos ou deslocados a uma suposta ilusão de significação. Há uma historicidade rememorada na construção dos enunciados: nesse caso, a exploração das medidas físicas da deputada enuncia uma redução feminina ao corpo. “Por muito tempo fora atribuída a loucura à mulher como o simétrico da violência aos homens: as mulheres são loucas e os homens criminosos. Uma forma de reduzir a mulher a seu corpo” (PERROT, 2007, p. 165). Aqui, essa redução não consiste em uma novidade para esse tempo, que é produto de tempos anteriores, de discursos anteriores que reconduziram os sentidos das diferenças entre os sexos: “o fato de ser jovem, de ter ideias, ajudou a me eleger. A beleza não ajudou. (...) As frutas e verduras entraram no cardápio e deram-lhe curvas”.

O texto inicia com: “A deputada Manuela D’Ávila, campeã de votos no Rio Grande do Sul, quer ser reconhecida por suas ideias e seus projetos e não pela beleza. Com blusa bege de malha, saia preta de chita e nenhuma maquiagem, a jovem loira entra no Plenário da Câmara dos Deputados”, um prelúdio à despolitização do discurso político feminino que se enuncia. Isso representa uma dissimetria sexual, a partir da “entrada triunfante” da deputada no plenário (um político homem não provocaria tanta visibilidade) e lança o feminino aos desníveis ou relevos de sua representatividade discursiva pela mídia, constitutiva da história como um lugar de espetáculo. A mídia mobiliza diferentes imagens do feminino na política, controladas e regularizadas, a partir do que é silenciado – a domesticidade, por exemplo – e do que é enunciado – o discurso da mulher política sobre a sua atuação na vida pública. Entretanto, é preciso entender que a mídia vai incorporando esse “contradiscurso” tratando de neutralizá-lo em seus efeitos de sentido.

As escolhas enunciadas no texto acima constituem um efeito do estereótipo feminino (o corpo, a sexualidade, a beleza, a loira inteligente), que carrega toda uma historicidade que, por ser controlada, suscita a própria regularidade no discurso. Isso interpela o discurso político e suas representações singularizadas presentes entre o lugar do feminino e o lugar do masculino. Atestando a existência histórica desse limiar, Perrot (2007, p. 151) observa que “de todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerada o apanágio e o negócio dos homens”. Não se trata de um simples limiar entre o que é do masculino e o que é do feminino, mas de uma construção histórica e culturalmente alicerçada pelas crenças e valores que contornam o homem e a mulher na sociedade. Ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma “mulher política”, parece a antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou, ao contrário, parece dever tudo a ela (PERROT, 2007, p. 153).

A figura da mulher política constrói-se como aquela que vê no objeto estética, beleza, vaidade, um fim em si. São objetos que, nesse texto analisado, inevitavelmente, entram em conjunção com a candidata, embora estejam disjuntos à politização do discurso político. É um texto que permite, pelo repertório que nos apresenta, observar as ligações externas que dialogam com sua tematização, os dados de uma realidade sócio-histórica. Com isso, a revista permite que o leitor construa o seu movimento de interpretação, configurado, entretanto, também por valores ideologicamente definidos e (re)significados pela mídia.

Assim, devemos compreender todo o apelo ideológico subjacente ao texto, que busca de alguma forma espelhar os seus leitores ou a sociedade como um todo. A identidade feminina coloca-nos, presumivelmente, nessa reflexão como um efeito dessas construções enunciativas que são também efeitos do imaginário social. Bauman (2005, p. 19) observa que “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”. A tematização e suas relações e dependências são determinadas socialmente e ideologicamente e veiculadas pelo enunciador que, de uma maneira ou de outra, mostra-se sob o crivo de suas posições ideológicas. As vozes na reportagem remetem-nos às escolhas do enunciador e da preocupação em ressaltar a feminilidade da mulher política como parte central no texto, criando efeitos de realidade

quanto a ser mulher política, revestidos pela enunciação. Esta, por sua vez, reveste-se do poder midiático, autorizado e constitutivo de verdades.

São esses simulacros que determinam todas as escolhas enunciativas, sejam elas conscientes ou inconscientes, que produzem os discursos (FIORIN, 2004a, p. 78). Os elementos que são trazidos à reportagem pressupõem outro leitor, os leitores homens, talvez em sua maioria. O *ethos* da *Isto É* apresenta a deputada Manuela como mulher, bem como a jovialidade sedutora que a diferencia dos demais deputados e o fato de essa jovialidade representar o sujeito que ela é.

Considerações finais

Ao procurarmos entender o processo de subjetivação feminina nos discursos sobre a presença da mulher na política, realizamos um olhar sobre os papéis exercidos pelos sujeitos, tomando-os como lugar de práticas discursivas que servem de campo para que construam a sua existência no discurso.

Analisando discursos que tratam da relação entre a mulher e o espaço político institucionalizado, buscamos refletir sobre a inserção feminina na política. Uma inserção que percorre veredas e penhascos discursivos, pois “pode ser que o discurso de outrem seja recebido como um único bloco de comportamento social, como uma tomada de posição inalisável do falante” (BAKHTIN, 2004, p. 149), a partir dos tantos discursos sobre as mulheres políticas, que circulam na mídia impressa e digital que fragmenta identidades, deslocando-as em suas fronteiras de gênero. Acrescente-se, ainda, que “a mídia influencia a forma de se pensar a política, promovendo uma ‘espetacularização da política’ que transforma tanto o aspecto material quanto o aspecto semântico dos enunciados políticos” (GREGOLIN, 2006, p. 28).

Compreender a produção discursiva que (re)significa a identidade feminina é adentrar em sua não definição e entender que “numa sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, qualquer tentativa de “solidificar” o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída” (VECCHI, 2005, p. 12 apud BAUMAN, 2005).

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Trad. L. B. Barbisan e V. do N. Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. C. R. C. Pfeiffer *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, M. [1979] *Estética da criação verbal*. Trad. P. Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 11. ed. Trad. M. Lahud e Y. Frateschi Vieira.

São Paulo: 2004.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Trad. C. A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: _____. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-31.

_____. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 91-104.

_____. Estilo. In: _____. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 79-102.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. 8. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

DAHLET, P. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, B (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 59-87.

DAHLET, V. A entonação no dialogismo bakhtiniano. Trad. G. Kirsch. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 263-279.

FIORIN, J. L. O Éthos do enunciador. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. (Orgs.). *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, 2004a. p. 117-138.

_____. O pathos do enunciatário. *Alfa*. Revista de Lingüística. v. 48, n. 2, p. 69-78, 2004b.

FOUCAULT, M. *A Hermenêutica do sujeito*. Trad. M. A. da Fonseca, S. T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004b.

GREGOLIN, M. do R. V. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, P. (Org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 19-34.

LIPOVETSKY, G. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Trad. M. L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Os tempos hipermodernos*. Trad. M. Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MARCHEZAN, R. C. Diálogo. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-131.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. Trad. A. M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

POSSENTI, S. Discurso, sujeito e o trabalho de escrita. In: NASCIMENTO, E. M. F. S. & GREGOLIN, M. do R. V. (Orgs.). *Problemas atuais da análise do discurso*. Araraquara: Editora da UNESP, ano 8, n. 1, p. 27-41, 1994.

TEZZA, C. A Construção das vozes no romance. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 219-228.

VECCHI, B. Introdução. In: BAUMAN, Z. *Identidade*. Trad. C. A. Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 7-14.

Recebido em 04/02/2010
Aprovado em 17/04/2010